

Sumário

Introdução	1
Capítulo 1 – A Omissão Inconstitucional como fenômeno jurídico próprio.....	5
1 - O que é uma Constituição?	5
1.1.1 - A concepção ontológica de Loewenstein.....	5
1.1.2 - A força normativa na concepção de Hesse	7
1.1.3 – O sentido jurídico na concepção de Kelsen	8
1.1.4 - A concepção de Ferrajoli e a Constituição da Terra.....	8
1.1.5 – O conceito unitário de Heller	10
1.1.6 - A ideia de Constituição em Oscar Vilhena: coordenação, compromisso e resiliência constitucional na Constituição brasileira de 1988.....	12
1.2 – Pressupostos para o estudo da omissão inconstitucional a partir do conceito de Constituição.....	15
1.3 - A celeuma da inconstitucionalidade por omissão na jurisdição nacional	18
1.4 - O desenvolvimento da omissão normativa inconstitucional e as medidas de controle.....	21
1.5 - Em busca de uma definição material para o fenômeno da omissão normativa inconstitucional	27
1.5.1 - Princípios que regem o fenômeno da omissão.....	27
1.5.2 - Lacuna, silêncio eloquente e <i>inertia deliberandi</i>	35

1.5.3 - A omissão inconstitucional na doutrina consolidada	37
1.5.4 - A omissão inconstitucional no âmbito estadual.....	40
1.6 - Um possível conceito de omissão normativa inconstitucional...	43
1.7 - Classificação da omissão normativa inconstitucional: uma nova proposta.....	48
1.7.1 – Omissão inconstitucional expressa ou implícita	48
1.7.2 – Omissão inconstitucional total propriamente dita, parcial e relativa.....	49
1.7.3 – Omissão inconstitucional superveniente decorrente de ablação	51
1.7.4 – Omissão inconstitucional decorrente de <i>inertia deliberandi</i>	52
1.7.5 – Omissão inconstitucional definida ou indefinida.....	52
1.7.6 – Omissão inconstitucional decorrente de vedação de proteção insuficiente.....	53
1.7.7 – Omissão inconstitucional decorrente de falhas estruturais	56
1.7.8 – Omissão inconstitucional anacrônica do Constituinte.....	57

Capítulo 2 – Sentenças Normativas e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e da Corte Constitucional italiana.....61

2.1 – Jurisdição constitucional italiana e o controle de constitucionalidade: perspectivas de direito comparado	61
2.2 - Tipos de decisão da <i>Corte Costituzionale</i>	66
2.3 - Sentenças normativas	73
2.3.1 - Origem e desenvolvimento na Itália	75
2.3.2 - Requisitos e <i>iter</i> procedimental	78

2.3.3 - Tipologia específica das sentenças normativas: prestação, procedimento, princípio e garantia.....	80
2.4 – Decisões com conteúdo normativo prolatadas pelo STF	85
2.4.1 - Demarcação de terra indígena Raposa Serra do Sol	86
2.4.2 - Greve de servidores públicos	89
2.4.3 - Aborto de fetos anencéfalos	92
2.4.4 - União homoafetiva	97
2.4.5 - Revisão geral de vencimentos e isonomia (art. 37, X).....	102
2.4.6 - Presos em condições degradantes	105
2.4.7 - Criminalização da Homotransfobia	111
2.4.8 - Súmula Vinculante 33: aposentadoria especial de servidores públicos.....	116
2.4.9 – Alteração de prenome e gênero dos transgêneros no registro civil	117
2.4.10 – Fundo partidário e candidaturas femininas	119
2.4.11 – Renda básica de cidadania	122
2.5 – Críticas à atuação normativa do Supremo Tribunal Federal ...	126
2.5.1 – O STF não é uma Corte Constitucional <i>ad hoc</i>	127
2.5.2 – O STF somente pode atuar como legislador negativo: a equivocada interpretação do dogma kelseniano.....	129
2.5.3 – Violação da separação dos Poderes	133
2.5.4 – O déficit democrático do Tribunal Constitucional	143

Capítulo 3 – Parâmetros e Técnicas para a Atuação Criativa do Supremo Tribunal Federal.....	149
3.1 – Quais os parâmetros do próprio STF para proferir decisões normativas?.....	149
3.2 - O reconhecimento do papel criativo e a criação de parâmetros como condição para o <i>accountability</i> republicano.....	153
3.3 – Limites e possibilidades da atuação criativa do Supremo Tribunal Federal: proteção institucional do Judiciário e efetivação de direitos fundamentais	157
3.4 - Pressupostos negativos de criação.....	165
3.4.1 - Matérias de reserva absoluta do Poder Legislativo e soluções alternativas de controle fraco.....	165
3.4.2 - A possibilidade de interpretação conforme	169
3.5 - Posturas prévias de autocontenção dialógicas	172
3.5.1 - Decisão de <i>signaling</i>	173
3.5.2 - A fixação de prazo	174
3.6 - Parâmetros positivos de criação.....	177
3.6.1 – O texto da Constituição e a sua densidade normativa.....	179
3.6.2 – Proteção dos pressupostos necessários ao funcionamento da democracia.....	181
3.6.3 – Defesa de minorias vulneráveis.....	181
3.6.4 - Direitos materialmente fundamentais ligados ao mínimo existencial	183
3.6.5 - As capacidades institucionais do Judiciário: a análise das consequências práticas e o impacto orçamentário	184

3.6.6 - Hipótese de ampla margem de discricionariedade do Poder ou órgão omissor.....	191
3.6.7 – Análise das dificuldades político-institucionais	193
3.7 – Técnicas de decisão conforme o tipo de omissão.....	208
3.7.1 – Decisão normativa pura ou originária no caso de omissão inconstitucional total propriamente dita (explícita ou implícita).....	209
3.7.2 – Decisão normativa reconstrutiva no caso de omissão inconstitucional superveniente decorrente de ablação	210
3.7.3 – Decisões normativas de garantia, de prestação ou de princípio no caso de omissão inconstitucional parcial e decorrente de vedação da proteção insuficiente	211
3.7.4 – Decisões normativas estruturantes no caso de omissão inconstitucional decorrente de falhas estruturais	212
3.7.5 – Há saída para a omissão anacrônica do Constituinte?.....	216
3.8 – Decisões normativas inconstitucionais e possíveis consequências da não observância dos parâmetros expostos	223
Considerações Finais.....	229
Referências.....	265